

## Unesp comparece à audiência de conciliação sem proposta de cumprimento da data-base 2019

A audiência de conciliação entre Sintunesp e reitoria da Unesp, realizada na tarde de 2/9/2019, no gabinete da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), não resultou na apresentação de proposta da Universidade. A audiência, presidida pelo desembargador Artur Marques da Silva Filho, foi agendada após o Sindicato ajuizar ação de dissídio coletivo, referente à data-base deste ano.

O vice-presidente do TJ-SP estava acompanhado do representante do Ministério Público, promotor de Justiça Eurico Ferraresi, e do juiz assessor Walter Godoy dos Santos Junior. A Unesp foi representada pelo assessor Edson Antonio Capello Sousa e pelos advogados Paulo Cesar Ferreira e Edson Cesar dos Santos Cabral. Pelo Sintunesp, estavam presentes o advogado José Francisco Martins e os diretores Alberto de Souza, Jorge Guilherme Cerigatto e Cláudio Roberto Ferreira Martins.

Os representantes do Sindicato resumiram a demanda da entidade, lembrando que, após apresentada a Pauta Unificada aos reitores em 14/4/2019 – com reivindicações salariais, de defesa de direitos diversos e defesa das universidades –, houve algumas negociações com o Cruesp, que resultaram na concessão de reajuste de 2,2%, mas que não foi cumprido na Unesp até o momento.

Questionados se traziam alguma proposta de solução do conflito, os representantes da reitoria disseram que não. Em seguida, descreveram a situação financeira da Unesp e afirmaram que a administração da Universidade tem como meta central a consolidação dos recursos necessários para o pagamento do 13º salário deste ano. Disseram, também, que aguardam a solução do impasse burocrático em torno do repasse de R\$ 83 milhões, relativos ao pagamento dos funcionários da Universidade que atuam no Hospital das Clínicas de Botucatu; o valor foi acordado com o governo, mas ainda é preciso superar os entraves jurídicos para transferi-lo à Unesp.

Os membros do Sintunesp frisaram a difícil situação dos trabalhadores da Universidade. Frente a uma perda de mais de 19% de 2015 até maio/2019, o único índice concedido neste período foi de 1,5% em 2018. Na USP e na Unicamp, embora ainda abaixo da inflação, ainda houve reajustes de 3% em 2016 e 2,2% em 2019. Também questionaram o fato de haver uma reserva de caixa, atualmente, de R\$ 182 milhões, incluindo as receitas próprias, e que o valor necessário para pagar os 2,2% para todos os servidores docentes e técnico-administrativos,

de maio a dezembro de 2019, consumiria somente cerca de R\$ 30 milhões. Por fim, lembraram que o arrocho salarial é apenas uma parte do problema, pois estamos desde 2014 sem contratações e sem carreira.

Neste momento, o promotor Eurico Ferraresi ponderou que a demanda dos trabalhadores era pequena e se não haveria a possibilidade de um esforço da Unesp no sentido de apresentar alguma proposta. Os membros da reitoria voltaram a alegar que o 13º salário é prioridade, mas que seria possível discutir o reajuste da data-base 2019 se os R\$ 83 milhões da Secretaria da Saúde forem confirmados.

Dado o impasse, o vice-presidente do TJ-SP propôs suspender a reunião e remarcar-la para o dia 14/10, para que a Universidade apresente uma proposta até lá. Conforme consta na ata da reunião, no silêncio ou na ausência das partes na próxima audiência, os autos serão encaminhados para sorteio de Relator do Órgão Especial, indo posteriormente a julgamento.

### As ações

O Sintunesp ajuizou ações de dissídio coletivo, referentes à data-base deste ano, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), com vistas aos trabalhadores celetistas, e junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), direcionada aos estatutários. Respectivamente, trata-se das ações de nº 1002437-54.2019.5.02.0000 e de nº 2192301-76.2019.8.26.0000.

### Luta em todas as frentes

O Sintunesp vem denunciando a quebra da isonomia salarial em todas as instâncias possíveis, desde os órgãos colegiados até a justiça, sempre procurando evidenciar que a organização e a luta dos trabalhadores são os elementos principais para reverter a situação.

O fato de a recomposição das perdas salariais e a correção dos benefícios não estarem sendo equânimes entre as três universidades públicas paulistas tem gerado distorções crescentes, que se agravaram de 2016 para cá. Trabalhamos em situação mais precarizada do que nossos colegas da USP e da Unicamp, que recebem um salário 5,27% acima do nosso (por conta do não repasse dos 3% da data-base de 2016 e dos 2,2% de 2019), e as diferenças entre os servidores técnico-administrativos são ainda maiores, devido às distorções entre os pisos nas três universidades.